



08:36 RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS TÊM SIDO SIGNIFICATIVAS NOS ÚLTIMOS ANOS

São Paulo, 15 - O otimismo de parte do mercado em relação à possibilidade de as receitas extraordinárias cobrirem a diferença entre o corte do Orçamento anunciado, de R\$ 55 bilhões, e o considerado necessário pelos economistas, de pelos menos R\$ 60 bilhões, para cumprir a meta cheia de superávit primário - de R\$ 140 bilhões ou 3,1% do PIB - tem como base o comportamento da arrecadação nos últimos anos.

De acordo com levantamento do economista-chefe da Prosper Corretora, Eduardo Velho, com base em informações do Tesouro Nacional, apenas no ano passado as receitas extraordinárias representaram 0,86% do PIB ou cerca de R\$ 35,5 bilhões. O levantamento do economista da Prosper sobre a arrecadação além do previsto considera receitas de concessões, outras receitas do Tesouro (que incluem recolhimento de débitos em atraso, depósitos judiciais e extrajudiciais), além de depósitos judiciais da Previdência.

A maior fatia, porém, vem mesmo de outras receitas do Tesouro. No ano passado, essa rubrica representou 0,71% do PIB (R\$ 29,34 bilhões), enquanto as concessões responderam por 0,10% do PIB (R\$ 4,13 bilhões) e os depósitos judiciais da Previdência, por 0,05% (R\$ 2,06 bilhões).

Nos anos anteriores, os recursos extraordinários também foram consideráveis. Em 2008, essas receitas foram equivalentes a 0,69% do PIB. No ano seguinte, subiram para 1,04%, caindo para 0,70% em 2010. Neste último caso, porém, Velho fez uma observação: se a cota da Cessão Onerosa da Petrobras fosse considerada, as receitas extras chegariam a 2,68% do PIB. Mas, como essas cotas não se repetiram nos outros períodos do levantamento, o valor de 0,70% deixa de lado os cerca de 1,98% do PIB que vieram da operação com a estatal do petróleo.

Desconsiderando, portanto, esse fato não recorrente, em todos os anos analisados as chamadas outras receitas do Tesouro representaram a maior parte da arrecadação não prevista. Em 2008, a rubrica foi equivalente a 0,44% do PIB, passou para 0,83% em 2009 e caiu para 0,61% no ano seguinte. "Esses números mostram que as receitas extraordinárias em geral representaram, nos últimos anos, valores nada desprezíveis de, pelo menos, 0,70% do PIB", pondera Velho.

Dividendos

Na avaliação do economista e especialista em Finanças Públicas da Tendências Consultoria Integrada, Felipe Salto, outro número que deve ser acompanhado de perto e que pode contribuir para o cumprimento da meta fiscal é o oriundo dos dividendos à União. Durante o anúncio do corte orçamentário, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, informou que a expectativa é de que os dividendos pagos por estatais à União este ano sejam de R\$ 19,3 bilhões.

Salto destaca, no entanto, que esse valor tem sido invariavelmente maior nos últimos anos e que a tendência é de o total de dividendos seguir aumentando. Segundo levantamento feito por ele, o governo recebeu R\$ 22,6 bilhões em dividendos no ano passado. Em 2010, foram R\$ 22,4



bilhões e, em 2009, R\$ 26,6 bilhões. A última vez que o governo recebeu valor inferior ao estimado para o ano de 2012 foi em 2008, quando os dividendos somaram R\$ 13,364 bilhões.

"Nas nossas contas, para conseguir cumprir o superávit de 3,1% do PIB, o governo precisaria de uma arrecadação maior em R\$ 28 bilhões. E a conta de dividendos pode contribuir para esse ajuste", afirma Salto. Um exemplo de estatal que pode ampliar o pagamento de dividendos é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). "O volume de crédito concedido pelo BNDES nos últimos anos teve crescimento significativo e pode aumentar a capacidade de a instituição pagar dividendos", explica o economista da Tendências. (Márcio Rodrigues)